

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3453/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 7.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3467/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, acompanhar a execução do termo de cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, SES (PGA nº 09.2022.00006234-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3438/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 3 (três) dias de compensação no período de 13 a 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 2 e 3.4 e 7.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 2730/2022-PGJ, de 9.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3441/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2660/2022-PGJ, de 3.6.2022, que indeferiu à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, de forma que, onde consta “11 a 30.7.2022”, passe a constar “18.7 a 6.8.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3443/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 11 a 15.7.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3444/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 18.7.2022, referente ao recesso forense de 22 a 31.12.2000, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3445/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 4 (quatro) dias de compensação nos dias 14, 15, 19 e 20.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.5.2020 e 26.4 a 3.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3489/2022-PGJ, DE 13.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 1) – Justiça Itinerante – da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 13.7.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 407/2022-PGJ, de 31.1.2022, que designou a Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3490/2022-PGJ, DE 13.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Vara do Juizado Especial Central (2) da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 13.7.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1995/2022-PGJ, de 29.4.2022, que designou o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3447/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20, de 28.5.2007, e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, pelo período de 1 (um) ano, conforme a tabela abaixo (PGA nº 09.2021.00004213-5):

COMARCA	MEMBRO	INÍCIO	TÉRMINO
Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	27.5.2022	26.5.2023
Caarapó	Fernanda Rottili Dias	23.6.2022	22.6.2023
Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	26.5.2022	25.5.2023
Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	23.6.2022	22.6.2023
Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	23.6.2022	22.6.2023
Maracaju	Simone Almada Goes	23.6.2022	22.6.2023
Rio Brillhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	1º.6.2022	31.5.2023
São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	23.6.2022	22.6.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3413/2022-PGJ, DE 7.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3270/2022-PGJ, de 4.7.2022, de modo que, onde consta: “referida Comarca”, passe a constar: “comarca de Campo Grande”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-737/2022/PGJ, DE 21.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio André David Medeiros, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-779/2022/PGJ, DE 23.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo de Melo Alves, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO
2021/2022	19	11 a 29.7.2022	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-780/2022/PGJ, DE 23.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marcos Roberto Dietz, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-814/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Sergio Luiz Morelli, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-815/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Elcio Felix D' Angelo, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	17 a 26.10.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3228/2022-PGJ, DE 30.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 5.7.2022, do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Fernanda Rocha Gonçalves, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3230/2022-PGJ, DE 30.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 5.7.2022, do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Renata Rafaela Angelotti Moro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3439/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 93/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Requisitante – Felinto Paes de Barros Neto, Técnico II; 3.1) Suplente – Cynthia Maria Souza da Silveira, Assessora de Procurador-Geral (PGA nº 09.2022.00005181-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3429/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 22.7.2022, em razão de férias e licença compensatória por serviços prestados à justiça eleitoral da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 34/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, c/c art. 77, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **primeira entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **promoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância**.

Campo Grande, 13 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO N° 35/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de **primeira entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **promoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância**.

Campo Grande, 13 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022 - SRP****PROCESSO Nº 09.2021.00007250-7****UASG - 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados que, com referência ao **Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022 (Processo nº 09.2021.00007250-7)**, destinado ao Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), a sessão foi **suspensa** para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 13 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003105 DE 11.07.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006676-4**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Claudemir Aires Vicente.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 29/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizadas nesta Capital.

Valor: R\$ 10.064,50 (dez mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003105 de 11.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003123 DE 12.07.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006428-8**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: PAULO ELETRO LTDA.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 02/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (luminárias e módulos de tomada) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003123 de 12.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000397 DE 11.07.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00005448-0**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: TORINO INFORMÁTICA LTDA.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 123/2021, do Pregão Eletrônico nº 092/2021 - Processo (Gedoc) nº 20.14.0001.0005313/2021-47, oriundo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Objeto: Aquisição de monitor computador tamanho tela: até 22 pol, tipo de tela: *led*, formato tela: *widescreen*, qualidade de imagem: *full hd*, interatividade da tela: sem interatividade, ajuste: ajuste de rotação, altura e inclinação do *display*, alimentação: bivolt, garantia *on site*: superior a 36 meses.

Valor: R\$ 897.750,00 (oitocentos e noventa e sete mil setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000397 de 11.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00004599-1

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘*Split*’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 46.831,00 (quarenta e seis mil oitocentos e trinta e um reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000364, 2022NE000365 e 2022NE000366, datadas de 23.06.2022.

Vigência: 12.07.2022 a 12.07.2023.

Data de assinatura: 12 de julho de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00005233-7

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘*Split*’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000367 e 2022NE000370, datadas de 23.06.2022.

Vigência: 12.07.2022 a 12.07.2023.

Data de assinatura: 12 de julho de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00005234-8

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000376, 2022NE000377 e 2022NE000378, datadas de 24.06.2022.

Vigência: 12.07.2022 a 12.07.2023.

Data de assinatura: 12 de julho de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006269-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.655,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000385, 2022NE000386 e 2022NE000387, de 30.06.2022.

Vigência: 12.07.2022 a 12.07.2023.

Data de assinatura: 12 de julho de 2022.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/1965/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- BANCO DO BRASIL S.A.**, representada por seu Gerente de Agência, **Ricardo Santa Cruz César**.

Procedimento licitatório: Inexigível, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e suas alterações).

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogar a vigência contratual**, por mais 12 (doze) meses, e **reajustar o valor contratado**, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor global estimado: R\$ 1.448,78 (um mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Vigência: 24.07.2022 até 24.07.2023.

Data de assinatura: 12 de julho de 2022.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 031/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/1034/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **TAUNÁ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, representada por **Telmo Brugalli Flores**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel em 556,13 (quinhentos e cinquenta e seis reais e treze centavos), em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de junho de 2022.

Valor mensal: R\$ 5.296,76 (cinco mil duzentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 13.07.2022 a 04.06.2026.

Data de assinatura: 13 de julho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****MP N.: 06.2021.00000287-6****EDITAL N.º 0004/2022/01PJ/BTO**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00000287-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000287-6

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: a apurar;

Assunto: apurar possível ilegalidade na contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica em assuntos especializados relacionados a arranjos governamentais e licitações, pela Prefeitura do Município de Bonito (contrato nº 02/2021).

Bonito, 12 de julho de 2022.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**MIRANDA****EDITAL Nº 005/2022**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2, firmado em prol do meio ambiente, na data de 05.05.2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Leopoldo Pozzi, CPF n.518.392.531-34, RG nº 304234 SSP-SP e sua cônica Katiuscia Hanel Rorato Pozzi, CPF n.872.419.191-92, RG nº 80755600 SSP-PR, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Aroeiras, n.495, Ecoville II, em Dourados-MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a apresentar ao IMASUL um PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada e indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Miranda.

Miranda/MS, 12 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 006/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000550-0 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000550-0

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Mardin Agropecuária e Participações Ltda

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,39 hectares em área declarada como Reserva Legal, dos quais 1,06 hectares se caracterizam como integrantes do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Mardin, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 170/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

Miranda/MS, 12 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 007/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000558-8 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000558-8

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Antônio Moraes dos Santos Junior e Noni Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 13,72 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Campina Grande, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 168/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Miranda/MS, 12 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 008/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000559-9 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2022.00000559-9

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Thiago Henrique Gomes Bueno

Assunto: Apurar desmatamento de 1,77 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Fé, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 136/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). 13,72 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Campina Grande, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 168/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Miranda/MS, 12 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 009/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000564-4 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2022.00000564-4

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Investigados: Adolfo Vitor Mura; Glória Aparecida Campos Bernardes Mura

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,12 hectares em área remanescente de vegetação nativa e Área Preservação Permanente, dos quais 2,8 hectares incidiram sobre área integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Primavera, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 45/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Miranda/MS, 13 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 010/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000670-0 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2022.00000670-0

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Patrícia de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de 13,00 hectares em área de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, no Sítio Morro Azul, Lote 04 do Projeto de Assentamento Tupa Baê, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização nº ORLZMDU – IBAMA.

Miranda/MS, 13 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**NIOAQUE**

---

**EDITAL N° 06.2022.00000533-3**

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2022.00000533-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: João Barbosa Cintra

ASSUNTO: Apurar o extravasamento de óleo na via pública, disposição, destinação irregular de resíduos perigosos (óleo) e ausência de sistema de drenagem oleosa eficiente (caixa separadora), ao pátio da Oficina Mecânica JC, de propriedade de João Barbosa Cintra.

Nioaque, 2 de julho de 2022.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 06.2022.00000672-1**

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2022.00000672-1

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDOS: Município de Nioaque-MS, Instituto Multidisciplinar de Consultoria Ltda (IMDICO)

ASSUNTO: Apurar eventual improbidade administrativa na execução do contrato celebrado entre o Município de Nioaque e o Instituto Multidisciplinar de Consultoria Ltda, haja vista o pagamento de valores sem comprovação do serviço realizado.

Nioaque, 2 de julho de 2022.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N° 0001/2022/PJ/NOQ****Inquérito Civil n° 06.2018.00002204-2**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Nioaque/MS, no exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas pelo art. 129, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988); art. 1º da Lei nº 8.625/1993, bem como pela Resolução nº 164/2017 do CNMP, observando-se os limites de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, bem como exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição sempre que for necessária a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I, da Lei nº 8.625/93;





CONSIDERANDO que os artigos 196 e 197 da Constituição Federal preceituam que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, e que os particulares também podem prestar serviços de saúde, ao se estabelecer que a execução deve ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que o artigo 199 da Carta Magna estabelece que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e que poderá participar apenas de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio;

CONSIDERANDO que a gestão do SUS, após a Constituição Federal de 1988, é afeta ao Ministério da Saúde e às Secretarias da Saúde, ou seja, são eles quem assumem o relevante papel de conduzir as ações do sistema no seu território, seja por unidades próprias ou privadas vinculadas;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080/1990 também fixa a competência de cada ente para a direção do SUS, incumbindo, no âmbito municipal, conforme o artigo 18, à Secretaria Municipal de Saúde: planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde, controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

CONSIDERANDO que a participação privada no serviço público de saúde é meramente complementar e, para ser admitida, deve estar demonstrada a sua necessidade e a viabilidade de se socorrer a esses serviços;

CONSIDERANDO que há possibilidade legal de contratação de prestação de serviços médicos por meio da figura do *credenciamento*, também denominado de *chamamento público*;

CONSIDERANDO que o credenciamento se trata de processo administrativo pelo qual a administração convoca interessados para, segundo condições uniformes, previamente fixadas e divulgadas em instrumento convocatório, credenciar-se como prestadores de serviços, mediante tratamento isonômico, valor de pagamento pré-estabelecido através de tabela única de remuneração, e distribuição imparcial de demandas, por meio de sorteio aleatório entre todos os credenciados, excluindo-se sempre os anteriormente sorteados;

CONSIDERANDO que são requisitos para o uso do credenciamento: a) que todos os que satisfaçam as condições exigidas sejam contratados; b) a impessoalidade na definição da demanda, por contratado; c) que o objeto satisfaça a forma definida no edital; e d) que o preço de mercado seja razoavelmente uniforme;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde traça o procedimento para a realização da "chamada pública" (credenciamento/chamamento público);

CONSIDERANDO que o entendimento atual do Tribunal de Contas da União é no sentido de que o credenciamento poderá ser feito inclusive para atuação do profissional médico para as unidades públicas de saúde do SUS, desde que devidamente regulamentado, dando-se por inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93), contudo, somente na hipótese em que se configure a inviabilidade de competição;

CONSIDERANDO que, para a contratação de serviços de saúde, nas situações de ausência de competição, onde o credenciamento é adequado, não precisa a administração pública realizar licitação, pois todos os interessados aptos serão aproveitados, configurando tal situação, por um certo ângulo, inexigibilidade de licitação, amparada no art. 25 da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o instituto do credenciamento pode ser utilizado de forma *complementar*, para suprir eventual demanda reprimida de serviço de saúde, devendo atender aos princípios da administração, especialmente no que tange à legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa;

CONSIDERANDO a decisão plenária do TCU aplicável ao tema, exarada no Acórdão 352/2015, nos Autos TC 017.783/2014-3, com julgamento realizado em 24/02/2016, a qual determinou ao Ministério da Saúde que orientasse todos os entes federativos a observarem as diretrizes existentes na celebração de ajustes com entidades privadas, visando à prestação de serviços de saúde;





CONSIDERANDO que não há impedimento de que essa contratação dos profissionais médicos de saúde, pelo regime de credenciamento, possa ser feito pelo sistema de remuneração por produção, devendo a escolha levar em consideração os critérios objetivos que conduzam à melhor vantagem assistencial para a rede de serviços;

CONSIDERANDO que a remuneração dos serviços prestados por particulares visando à complementação dos serviços prestados, deverão atender aos parâmetros fixados pelo SUS;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações visando à proteção de interesses difusos e coletivos, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC N.º 73/95, art. 6º, e Lei n.º 8.625/93, art. 80);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Nioaque, Sr. Valdir Couto de Souza Júnior, e à Secretária Municipal de Saúde, Sra. Márcia Cristiane Missioneira Jara, para que:

- 1) O instrumento do credenciamento médico seja utilizado apenas de maneira complementar, a fim de suprir eventual demanda reprimida de serviço de saúde;
- 2) O credenciamento atenda aos princípios da administração pública, especialmente no que tange à legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, visto se tratar de situação de inexigibilidade de licitação (haja vista a ausência de exclusividade e cunho não competitivo da seleção);
- 3) O credenciamento observe o procedimento já traçado pelo Ministério da Saúde, e atenda às diretrizes definidas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão plenária exarada no Acórdão nº 352/2015 (nos autos do TC 017.783/2014-3);
- 4) Encaminhe a esta Promotoria de Justiça, em até 15 (quinze) dias úteis, informação sobre as providências adotadas a partir da presente Recomendação;
- 5) Promova, no âmbito da administração pública municipal, a divulgação adequada e imediata à presente Recomendação;

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Câmara Municipal de Nioaque-MS, para conhecimento e medidas que entender pertinentes, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo e da administração pública.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Nioaque-MS, 13 de julho de 2022.

MARIANA SLEIMAN GOMES  
Promotora de Justiça

**PONTA PORÃ****EDITAL Nº 0058/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000569-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000569-9

Requerentes: Ministério Público Estadual, Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS

Requerido: Arino Marques Júnior

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 11,50 hectares em área declarada como Reserva Legal, na fazenda Lagoinha, em Ponta Porã/MS, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 90/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Ponta Porã/MS, 28 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0059/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006240-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006240-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nereu Barbosa da Silva

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública n. 0900008-50.2021.8.12.0019, decorrente do Inquérito Civil n. 08.2020.00102590-6, relativo à regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Roncador, de propriedade de Nereu Barbosa da Silva, localizada no Município de Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 28 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0061/2022/01PJ/PPR**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 24/06/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Lucas Pagnoncelli, AGRO PAGNOCELLI LTDA, proprietários do imóvel rural denominado Chácara Campo Verde, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2021.00000698-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 12 de julho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N.º 0016/2022/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001351-8 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2022.00006808-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Marcelo Otaviani Di Petro e Wellington Barbeiro Biava

Assunto: Acompanhar o Termo de Ajustamento de Conduta assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001351-8.

Rio Negro, 12 de julho de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça